

PODER

Fachin: “Juízes têm de responder por erros”

Presidente do STF defende punições para magistrados que cometem falhas

» VANILSON OLIVEIRA

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Edson Fachin, afirmou ontem que todos que cometerem erros, inclusive juízes, precisam responder. Ele disse que a Corte tem cumprido sua função de guardião da Constituição. A declaração aconteceu durante uma conversa com jornalistas na sede do tribunal, em Brasília, onde ele apresentou um balanço dos seis meses à frente da presidência do STF.

Fachin destacou que existem críticas em relação à Corte, mas que isso é um bom sinal, pois caracteriza “uma sociedade aberta”. Segundo ele, em 2016, 2017, 2018, 2019, 2022 e 2023, houve outros episódios que poderiam ser considerados como períodos de crise de imagem do Supremo.

“As críticas são bem-vindas, porque é disso que vive a democracia. A democracia não é um recurso teórico, é uma prática. E ela é verdadeira quando o dissenso se instala e os que pensam diferente conseguem conviver com regras mínimas”, argumentou.

O ministro ressaltou ainda que todos devem responder pelos seus erros, inclusive magistrados. “Juízes erram e precisam responder pelos seus erros. Isso é da vida de uma sociedade aberta.”

Segundo ele, é preciso diferenciar os possíveis problemas com o funcionamento da instituição. “O importante é que, ao olhar para o sistema de Justiça, o cidadão possa dizer: há problemas, mas a estrutura funciona”, frisou.

Sobre a criação do Código de Conduta, defendido por ele desde que assumiu a presidência do STF, frisou que o texto vem sendo construído a partir de diálogo entre os integrantes da Corte. Citou exemplos da Corte da Colômbia, dos Estados Unidos, que podem servir de exemplo. “Eu conversei com a ministra e passei algumas sugestões. Ela deve acrescentar outras, levando em conta as experiências que tenho mencionado, como as do tribunal alemão, que venho sempre mencionando”, afirmou, em relação a Cármen Lúcia, relatora da proposta.

Ele ressaltou ainda que a proposta busca incorporar referências internacionais. “Há muitos elementos, inclusive um tipo de código para a Ibero-América de ética judicial. O Conselho Superior da Magistratura de Portugal, não faz muito tempo, aprovou um

Rosinei Coutinho/STF



Ministro disse que tem conversado com colegas para que a Corte encerre o inquérito das fake news



Parlamentares erram e devem responder por seus erros. Gestores públicos erram e devem responder por seus erros. Juízes também erram, e nós vamos responder pelos nossos erros, ou responder às críticas, ou submetermos às consequências das nossas ações ou omissões”

Edson Fachin, presidente do STF

conjunto de normas de natureza ética para a magistratura”, disse.

De acordo com o presidente do STF, o assunto é considerado prioritário não apenas para o Judiciário, mas para o setor público como um todo. “Esse é um tema da pauta, importante para a magistratura e para todos os setores públicos e até privados”, afirmou.

O ministro lembrou ainda que já existem diretrizes sobre o tema no país, mas que a proposta pretende atualizar essas regras e adaptá-las ao contexto atual da Corte. “A magistratura brasileira tem, desde 2008, uma resolução que trata do código de ética da magistratura, e nós vamos atualizar, além disso, um código para o STF”, concluiu.

Sobre a resistência de ministros, ele disse que alguns fazem questionamentos e acreditam que código é importante, mas não no momento atual. “Há outros que já discutem questões mais concretas. Por exemplo, as palestras devem ser informadas? Sim. Mas previamente? Isso pode trazer algum problema de segurança? Isso nós vamos discutir, ver o anteprojeto que virá da ministra Cármen para saber como equilibrar esse tipo de circunstância”, frisou.

Por fim, o presidente do STF garantiu que pretende criar um código formal e articulado. “É importante divulgar, porque nós que exercemos uma função pública e temos o dever de informar aonde estamos exercendo a função pública. Eu creio que os diálogos estão avançando nesse sentido”, revelou.

Fake news

Outro ponto abordado foi o inquérito das fake news. Fachin afirmou que iniciou conversas com o ministro Alexandre de Moraes sobre a possibilidade de encerrar a

investigação, em tramitação desde 2019 na Corte. Segundo ele, o tema passou a ser tratado internamente diante das implicações institucionais e da duração da investigação, que se tornou um dos principais instrumentos do Supremo no enfrentamento a ataques e desinformação. O ministro evitou detalhar o estágio das tratativas, mas indicou que o debate ainda está em andamento. “O inquérito das fake news é um assunto que me preocupa”, afirmou. “Os desdobramentos virão.”

Fachin lembrou que teve participação direta na validação do inquérito, ao relatar, em 2020, a ação que confirmou sua constitucionalidade. Na ocasião, considerou que a investigação cumpria um papel relevante, mas ponderou que a continuidade do instrumento deve ser reavaliada ao longo do tempo. “Todo remédio, a depender da dosagem, pode se transformar em veneno”, frisou. “A questão é saber se chegou o momento de pensar no encerramento desse tipo de atividade.”

O inquérito foi aberto em março de 2019, na gestão do então presidente do STF, ministro Dias Toffoli, em meio ao aumento de ataques contra a Corte. A relatoria foi atribuída diretamente a Alexandre de Moraes, sem sorteio, o que gerou questionamentos desde o início, embora o procedimento tenha sido posteriormente validado pelo próprio Supremo.

Carlos Moura/Agência Senado



Messias espera há mais de quatro meses pelo envio do seu nome ao Senado

Indicação perto de destravar

» VICTOR CORREIA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou o envio ao Senado da indicação do advogado-geral da União (AGU), Jorge Messias, ao cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). A oficialização ocorre após uma demora recorde de mais de 130 dias desde a confirmação de Messias como o escolhido. Caso aprovado, ele ocupará a vaga deixada pelo ministro Luís Roberto Barroso, que se aposentou no ano passado.

O envio da indicação foi informado à imprensa pelo Palácio do Planalto, mas até o fechamento desta edição não havia se confirmado. Com a chegada do documento ao Senado, caberá ao presidente da Casa, Davi Alcolumbre (União-AP), definir o ritmo de tramitação. Messias precisa ser sabatinado primeiro na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), e aprovado com, ao menos, 41 votos no plenário para poder assumir o cargo no STF.

Lula oficializou a indicação de Messias em 20 de novembro do ano passado, em publicação extra do Diário Oficial da União (DOU). Porém, em meio a uma tensão com Alcolumbre, o presidente decidiu não enviar o texto ao Senado. O

Próxima vaga

As informações são de que Alcolumbre teria se conformado e estaria disposto a apoiar Messias. A pedido de Lula, Pacheco deve ser candidato ao governo de Minas Gerais. Se for derrotado nas urnas, e o presidente for eleito para um novo mandato, o senador poderá ser indicado para a próxima vaga aberta no STF. Além da articulação do governo, Messias conta com o apoio de ministros da Corte, que teriam procurado senadores para fazer campanha pelo AGU.

temor, à época, era de que o parlamentar acelerasse o processo e levasse a uma votação sem que Messias tivesse tempo para consolidar sua candidatura. Ou seja, elevando o risco de rejeição, o que seria uma grande derrota para o governo — o Senado nunca barrou uma indicação presidencial ao STF. Lula foi alertado por aliados, à época, que o risco era real.

Messias foi escolhido em detrimento do ex-presidente do Senado Rodrigo Pacheco (PSD-MG),

preferido de Alcolumbre e de outros parlamentares. Esse foi, inclusive, o estopim da crise política entre Lula e Alcolumbre, que levou a outros embates, como a votação de pautas-bomba na Casa.

Dez dias após a manobra do petista, Alcolumbre subiu o tom e divulgou uma nota criticando a decisão. “Feita a escolha pelo presidente da República e publicada no Diário Oficial da União, causa perplexidade ao Senado que a mensagem escrita ainda não tenha sido

enviada, o que parece buscar interferir indevidamente no cronograma estabelecido pela Casa”, escreveu o senador.

Desde então, Lula disse a aliados que só enviaria a indicação quando tivesse certeza das chances de Messias, e procurou Alcolumbre para algumas conversas sobre o tema, diminuindo a **tensão**.

Nesse tempo, Messias também iniciou sua articulação e conversou com, ao menos, 70 dos 81 senadores.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br

maurenilson



Lula confirma Alckmin na vice. Leite não decide o rumo

O tabuleiro das eleições presidenciais está quase armado. Ontem, em reunião ministerial, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou que o vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB), que deixa o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, será mesmo seu companheiro de chapa. Até agora, 14 ministros estão deixando o cargo para disputar as eleições — mais quatro poderão seguir o mesmo caminho.

Com isso, a cena eleitoral da disputa pelo Palácio do Planalto está quase definida. A incógnita é a decisão do governador gaúcho Eduardo Leite (PSD), que foi preterido por Gilberto Kassab, presidente da legenda, e está recebendo convites para disputar a eleição por outros partidos, como o Cidadania e o Solidariedade. O mais provável, por ora, é que conclua o mandato e tente fazer o sucessor.

Assim, o quadro eleitoral de 2026 chega à fase de definição com uma disputa polarizada entre Lula e Flávio Bolsonaro, ao mesmo tempo em que as candidaturas alternativas permanecem fragmentadas e com baixo desempenho nas pesquisas. Os levantamentos mais recentes dos institutos Genial/Quaest, Datafolha e AtlasIntel convergem para um diagnóstico claro: a liderança de Lula no primeiro turno se mantém, mas empate técnico no segundo sinaliza que a eleição está aberta e muito competitiva.

No primeiro turno, Lula aparece com cerca de 45% das intenções de voto, mantendo uma dianteira confortável sobre os adversários. Já Flávio surge na faixa de 37% a 38%, consolidando-se como o principal herdeiro do capital político do bolsonarismo. Esse desempenho revela a capacidade de transferência de votos do ex-presidente Jair Bolsonaro, mesmo diante de sua inelegibilidade e dos desdobramentos judiciais que marcaram o pós-2022. Além disso, as sucessivas intimações de seu pai, até a recente adoção do regime de prisão domiciliar, vitimizaram ex-presidente e, com isso, suavizou a imagem e reduziu a rejeição de Flávio. A polarização persiste, mas se reorganiza com a presença de novos coadjuvantes, sem perder sua intensidade.

No segundo turno, o cenário se estreita. A Quaest indica 43% para Lula contra 41% para Flávio; o Datafolha aponta 46% a 43% em favor do petista; enquanto a AtlasIntel/Bloomber registra uma inversão dentro da margem de erro, com 47,6% para o senador e 46,6% para o presidente. Esses números revelam um padrão: Lula lidera no ponto de partida, mas enfrenta dificuldades para ampliar sua vantagem na chegada, um eventual confronto direto, enquanto Flávio cresce à medida que a disputa se mantém entre em dois polos direita x esquerda.

Novos fatores estruturais complicam a vida de Lula, que mantém um eleitorado fiel, com forte presença entre os mais pobres e no Nordeste, sustentado pela memória de seus governos e pelas políticas sociais. Enfrenta um ambiente mais adverso do que em eleições anteriores, marcado pela percepção de aumento do custo de vida, mesmo em contexto de melhora de indicadores macroeconômicos, devido ao endividamento das famílias. O choque de petróleo, provocado pela guerra do Irã, impacta a inflação e limita a redução de juros, uma externalidade negativa difícil de mitigar. Já Flávio capitaliza o voto conservador, antipetista e religioso, além de mobilizar uma base altamente engajada nas redes sociais e no debate público.

Dinâmica plebiscitária

Fora desse eixo principal, as candidaturas alternativas apresentam desempenho modesto, com o encolhimento do espaço para uma terceira via. Ronaldo Caiado, candidato do PSD, aparece com cerca de 4% das intenções de voto. Seu perfil combina experiência política e discurso de segurança pública, mas sua tentativa de se apresentar como alternativa à polarização é prejudicada por posicionamentos que o aproximam do campo bolsonarista, como a defesa de anistia ao ex-presidente e a aliados.

Romeu Zema, por sua vez, oscila entre 2% e 3%. Com trajetória de gestor e discurso liberal, tenta se firmar como opção técnica e moderada, mas enfrenta dificuldades para ganhar densidade eleitoral em um cenário dominado por identidades políticas fortes. Sua candidatura dialoga com setores empresariais e com o eleitorado que rejeita tanto o PT quanto o bolsonarismo, mas ainda não conseguiu transformar esse nicho em base competitiva. Além disso, sua mineirice exagerada acaba confundida com provincianismo e confina sua candidatura aos limites de Minas.

No campo mais ideológico da direita, do Missão, Renan Santos aparece entre 1% e 2%. Sua candidatura tem forte presença nas redes e no debate político, mas baixa capilaridade nacional. Já Aldo Rebelo (Democracia Cristã), também na faixa de 1% a 2%, tenta ocupar um espaço nacionalista e crítico da polarização, apoiado em sua longa trajetória política. Mas igualmente enfrenta limitações, porque não tem apoio partidário expressivo nem forte presença nas redes sociais.

Resumo da ópera: a ausência de uma candidatura competitiva de centro é um dos elementos mais relevantes deste ciclo eleitoral, com Eduardo Leite e Ratinho Junior fora da disputa presidencial, seja por decisões partidárias, seja por cálculos estratégicos. O primeiro foi escanteado pelos caciques do PSD porque buscava uma liderança autônoma de centro. O segundo, pela conjuntura eleitoral do seu estado, em razão do favoritismo do senador Sergio Moro (PL). Com isso, o eleitorado moderado continua órfão e refém de uma dinâmica plebiscitária.